

PROCESSO DE FORNECIMENTO DE DADOS PARA A FASE DE DIAGNÓSTICO DO PMSB: CASO DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Maria Valeria Gaspar de Queiroz Ferreira ⁽¹⁾

Eng^a Sanitarista e Ambiental, Doutora em Administração pela UFBA, atualmente exerce o cargo de gerente de departamento na Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa. E-mail: valeria.ferreira@embasa.ba.gov.br

RESUMO

O plano municipal de saneamento básico (PMSB) é instrumento essencial para que o titular do serviço público de saneamento básico faça seu planejamento para os próximos 20 anos. A lei 11.445/2007 estabelece o conteúdo mínimo, sendo a etapa de diagnóstico aquela que demanda maior prazo e recursos humanos e financeiros. A Embasa, como prestadora estadual, se organizou para atender à demanda dos municípios e instituiu processo interno para fornecimento de dados. O texto tem como objetivo apresentar e discutir o processo de fornecimento de dados e informações aos municípios operados pela Embasa visando a elaboração do diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A metodologia utilizada buscou atender aos dados solicitados nos termos de referência de órgãos federais e foi acordada com os diversos setores da Embasa. A empresa tem atendido à demanda dos municípios baianos quanto a dados e informações para compor o diagnóstico, etapa esta imprescindível da elaboração do PMSB.

PALAVRAS-CHAVE: plano de saneamento, diagnóstico, fornecimento de dados.

INTRODUÇÃO

O saneamento básico obteve seu marco legal por meio da lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), que estabelece as diretrizes nacionais para este setor. Os serviços públicos de saneamento básico incluem os seguintes componentes: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos; bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. No exercício da sua titularidade, a lei nº 11.445/2007 define que o ente federado formule a política pública específica deste setor e, para tanto, deve elaborar os planos de saneamento básico, dentre outros aspectos. A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) deve ter como premissa a participação e o controle social, contemplar um horizonte de 20 anos e todo o território urbano e rural do ente federado, além de revisão de quatro em quatro anos. Ressalta-se que o “processo completo de planejamento contempla também a aprovação, execução, avaliação e revisão do PMSB (FUNASA, 2012, p. 9).

O conteúdo mínimo dos planos de saneamento básico é estabelecido pelo artigo 19 da lei 11.445/2007: diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida com uso de sistemas de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, apontando as causas das deficiências detectadas; objetivos e metas de curto, de médio e de longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento; ações para emergências e contingências; mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Para Funasa (2012), a elaboração de um diagnóstico envolve tanto o enfoque técnico quanto o participativo, sendo este último realizado a partir do levantamento das percepções da sociedade local relativas ao saneamento. Assim, a etapa do diagnóstico é a que exige maior prazo e quantidade de recursos humanos e financeiros, pois deve garantir a participação da população por meio de eventos como oficinas e reuniões, além de demandar levantamentos de dados secundários e visitas dos técnicos às diversas áreas do território contemplado para obter dados primários. Ainda de acordo com Funasa (2012), a elaboração do diagnóstico técnico participativo abrange os aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e de infraestrutura, a política do setor de saneamento e a infraestrutura existente para cada uma das quatro componentes do saneamento básico.

MCidades (2011) cita que, dentre as principais fontes de informação a serem utilizadas para o diagnóstico da situação do saneamento básico, estão as bases de dados dos prestadores de serviço e do município. Esta mesma fonte comenta que

dentre os enfoques adotados para o diagnóstico está o planejamento com a inclusão de todo o território municipal (áreas urbanas e rurais).

Entretanto, segundo análise realizada por Basílio Sobrinho (2011) em 22 planos de saneamento, muitos planos não abrangem a totalidade do território municipal exigida pela lei nº 11.445/2007 e incluem somente as zonas urbanas. Para este autor, a “preponderância em se focar unicamente nas zonas urbanas está implicitamente relacionada à visão de gestão do prestador e não do titular dos serviços”, fato este evidenciado por 12 planos que “não incluíram em seu diagnóstico alternativas não pertencentes ao sistema público (soluções individuais, associações, cooperativas etc.), em geral, localizadas em zonas rurais” (p.65).

Para a empresa prestadora é importante apoiar a elaboração dos PMSB pelos municípios. O titular, ao ter seu plano para o setor de abastecimento de água (AA) e esgotamento sanitário (ES), vislumbra a melhoria da saúde da população, o que por si só é muito importante. Outro aspecto é que o planejamento do titular é condição de validade para o estabelecimento dos contratos de programa, de acordo com o artigo 11 da lei nº 11.445/2007. Portanto, quanto maior o número de municípios com PMSB aprovados, maior será a possibilidade da Embasa firmar contrato de programa com os respectivos municípios, uma vez que atenda também aos demais requisitos postos na lei. Desta maneira, as empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico devem se organizar para atender a esta demanda.

OBJETIVO DO TRABALHO

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir o processo de fornecimento de dados e informações aos municípios operados pela Embasa visando a elaboração do diagnóstico dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o plano de saneamento básico do titular.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu de: revisão de literatura junto a Termos de Referência – em especial do Ministério das Cidades (2011) e Funasa (2012) – e planos de saneamento para conhecer os dados listados e usualmente levantados para a etapa de diagnóstico do PMSB; sistematização dos dados referentes a abastecimento de água (AA) e esgotamento sanitário (ES); realização de reuniões internas com representantes das áreas operacional, projetos, empreendimentos, obra, financeira, contábil, comercial, ambiental, regulatória e de informações gerenciais para discussão acerca da relação dos dados sistematizados; definição dos dados e respectivos formatos a serem fornecidos; elaboração de questionário voltado para cada área da empresa contendo os dados a serem solicitados; desenho do processo de solicitação de dados e de envio de resposta; validação do fluxo do processo junto aos setores envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), como prestadora estadual dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e que atende a 88% dos municípios baianos, tem sido bastante solicitada desde o ano de 2013 para fornecer dados e informações sobre os sistemas que opera para compor a etapa do diagnóstico do PMSB. Neste sentido, a Embasa se organizou internamente para atender à estas demandas municipais e implantou um processo de fornecimento de dados e informações aos municípios por ela operados.

Desde que este processo foi implantado na Embasa, já foram atendidos 116 municípios que solicitaram dados sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo que 28 destes posteriormente pediram complementação de dados, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de Municípios Demandantes de Dados para Diagnóstico/PMSB.

Ano	Nº de novos municípios que solicitaram dados	Nº de municípios que solicitaram complementação de dados
2013	12	----
2014	76	----
2015	28	28
Total	116	28

Obs: Dados sujeitos a revisão em função de sistematização junto às unidades regionais da Embasa.

O processo é coordenado pelo setor responsável de fazer a articulação com o poder concedente (Departamento de Negociações e Contratos da Superintendência de Assuntos Regulatórios). O fluxo acordado é que qualquer solicitação de informações para PMSB encaminhada à Embasa (via Escritório Local, Unidade Regional ou Presidência) seja direcionada para o citado departamento, que faz a solicitação interna aos setores responsáveis, o controle e o monitoramento das demandas. O prazo combinado para envio das respostas é de 30 dias para a área operacional e 10 dias para as demais áreas. Usualmente, estes prazos são cumpridos.

Sobre a abrangência espacial dos dados fornecidos para o titular, estes incluem tanto a área urbana quanto a área rural que são atendidas pela prestação dos serviços da Embasa, acatando o definido pelo MCidades (2011). Entretanto, os dados da Embasa não trazem a distinção entre estes dois tipos de áreas, pois esta classificação é função de lei específica de cada município, o que demandaria uma categorização bastante complexa a ser feita pela empresa. Outra observação importante sobre este aspecto, e em consonância com o discutido por Basílio Sobrinho (2011), é que cabe ao titular realizar um diagnóstico que compreenda a totalidade do território municipal, ou seja, áreas urbanas e rurais, incluído aquelas atendidas por sistema operado pela prefeitura e aquelas habitadas por população dispersa e que utilizam soluções individuais.

Em relação aos dados que a Embasa disponibiliza aos titulares dos serviços de AA e ES, estes estão relacionados com a questão operacional, de projetos e obras, financeira, contábil, comercial, ambiental, regulatória como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2: Tipo de Dados Solicitados às Áreas da Embasa para Diagnóstico/PMSB.

ÁREAS	TIPO DE DADOS SOLICITADOS
Operacional	Informações gerais relativas a infraestrutura, ações em parceria com setores externos, pessoal, dados das diversas etapas do SAA (como localidades atendidas por cada SAA ou SIAA), dados das diversas etapas do SES, indicadores operacionais (a exemplo de reclamações por ano), croquis, análises de água bruta e tratada e de efluentes.
Projetos	Existência de projetos de AA e ES (elaborados nos últimos cinco anos), <i>status</i> e previsão de conclusão, principais características.
Empreendimentos	Recursos previstos ou contratados e <i>status</i> do contrato.
Obra	Situação da obra, previsão de finalização, principais características.
Financeira	Ligações e economias por categoria de usuário.
Contábil	Receitas e despesas diretas e indiretas.
Comercial	Adimplência e inadimplência (por faixa de pagamento relativa ao vencimento).
Ambiental	Licenças ambientais, outorga para captação do SAA e lançamento final do SES.
Regulatória	Organograma da empresa, situação contratual, tarifa aplicada.

Estes dados atendem ao exigido pelos órgãos federais, a exemplo dos Termos de Referência da Funasa (2012) e Ministério das Cidades (2011). Importante ressaltar tal fato, pois são estes órgãos que financiam a elaboração de planos de saneamento e que posteriormente, quando solicitados para fornecer recursos financeiros para investimentos e obras na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, avaliam se o PMSB elaborado e aprovado pelo titular atende às exigências postas na lei nº 11.445/2007.

Os dados financeiros, comerciais e contábeis fornecidos pela Embasa são referentes ao município como um todo. Já os dados de projeto, empreendimentos e obras podem ser fornecidos por localidade beneficiada. Quanto aos dados operacionais, a maior parte é fornecida por localidade atendida, por exemplo para sistemas locais de abastecimento de água (SLA). Mas dados como *per capita* de água e estimativa de percentual de população atendida pelos serviços de AA e ES são calculados para o município, tendo em vista que a estimativa da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) compreende a população total do município.

Dados que compreendem pessoal envolvidos na operação dos SAA e SES são informados incluindo o aspecto do rateio, ou seja, incluem o pessoal alocado diretamente no município, bem como o rateio relacionado ao pessoal vinculado à unidade regional / superintendência / diretoria operacional ao qual o município está inserido e o rateio referente ao pessoal alocado às áreas meio existentes na sede da empresa.

Em relação às informações contábeis, estas são apresentadas para os últimos três anos. A fim de dirimir dúvidas, junto com estes dados é também enviado ao município o entendimento relativo a receitas e despesas, conforme é descrito abaixo:

- Receitas diretas - alocadas diretamente à localidade, inclui o faturamento, serviços e receitas financeiras;
- Receitas indiretas - alocadas através de rateio, inclui as receitas financeiras e outras receitas que não faturamento;
- Despesas diretas - alocadas diretamente à localidade, inclui pessoal, serviços, manutenção, material, energia, alugueis e tributos, entre outras;
- Despesas indiretas - alocadas através de rateio e inclui os mesmos tipos de despesas diretas já mencionadas.

CONCLUSÃO

O processo de fornecimento de dados da Embasa para a etapa de diagnóstico do plano de saneamento básico dos municípios tem se mostrado adequado. A metodologia utilizada buscou atender aos dados solicitados nos termos de referência de órgãos federais e foi acordada com os diversos setores da empresa.

A Embasa tem atendido de forma adequada à demanda dos municípios baianos quanto a dados e informações para compor o diagnóstico, etapa esta imprescindível para a elaboração do plano municipal de saneamento básico.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO SOBRINHO, G. (2011). *Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB): instrumento para universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário*. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2522/1/2011_dis_gbasiliosobrinho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico*. Versão/2011. Brasília: MCidades, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. *Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico: procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS*. Brasília: Funasa, 2012.